

PATRIMÔNIO CIDADE E MEMÓRIA

grupo de estudos

2024

quintau.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Patrimônio, cidade e memória [livro eletrônico] :
grupo de estudos 2024 / Carolina Jorge Teixeira
Guimarães...[et al.]. -- Fortaleza, CE :
Quintau Coletivo, 2025.
PDF

Outros autores: Débora Costa Sales, Ingrid Pessoa
Viana, João Marcello Torquato Lima da Silva, Laura
Lima Vasconcelos, Maria Eduarda Rodrigues Mendonça,
pePe Souza.

Vários colaboradores.

Bibliografia.

ISBN 978-65-981212-2-8

1. Arquitetura 2. Cidades 3. Fortaleza (CE) -
Descrição 4. Memória 5. Patrimônio histórico
6. Urbanismo I. Guimarães, Carolina Jorge Teixeira.
II. Sales, Débora Costa. III. Viana, Ingrid Pessoa.
IV. Silva, João Marcello Torquato Lima da.
V. Vasconcelos, Laura Lima. VI. Mendonça, Maria
Eduarda Rodrigues. VII. Souza, pePe.

25-287074

CDD-720

Índices para catálogo sistemático:

1. Arquitetura e urbanismo 720

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

organização e autoria dos ensaios e manifesto

Carolina Jorge Teixeira Guimarães
Débora Costa Sales
Ingrid Pessoa Viana
João Marcello Torquato Lima da Silva

Laura Lima Vasconcelos
Maria Eduarda Rodrigues Mendonça
pe pePe Souza

facilitadores

Diêgo Paula de Araujo
Felipe Coelho
Glaudemias Grangeiro Junior
Marcelo Mota Capasso

Pai Neto Tranca Rua
Paulo Ricardo Dias
Valdevino José de Lima Neto

participantes

Adrísia Fernandes da Rocha Marques
Arthur Clemente Abreu Lobo
Baden Powell Vieira Gomes
Darliane Gomes Pereira
José Milton Pinheiro da Silva Junior
Mateus da Silva Costa

Miguel Ângelo Brandão Araujo
Naianne da Silva Matias
Sara Silva Fontenele
Tayane Matos Alcantara Evangelistas
Thais Ribeiro da Silva Câmara Vieira

autores dos manifestos dos participantes

Adrísia Fernandes da Rocha Marques
Angícia Gomes
Bruna Higino
Felipe Santos
Mateus da Silva Costa
Naianne da Silva Matias

Renan Giménez Azevedo
Sabryna Fernandes

id visual

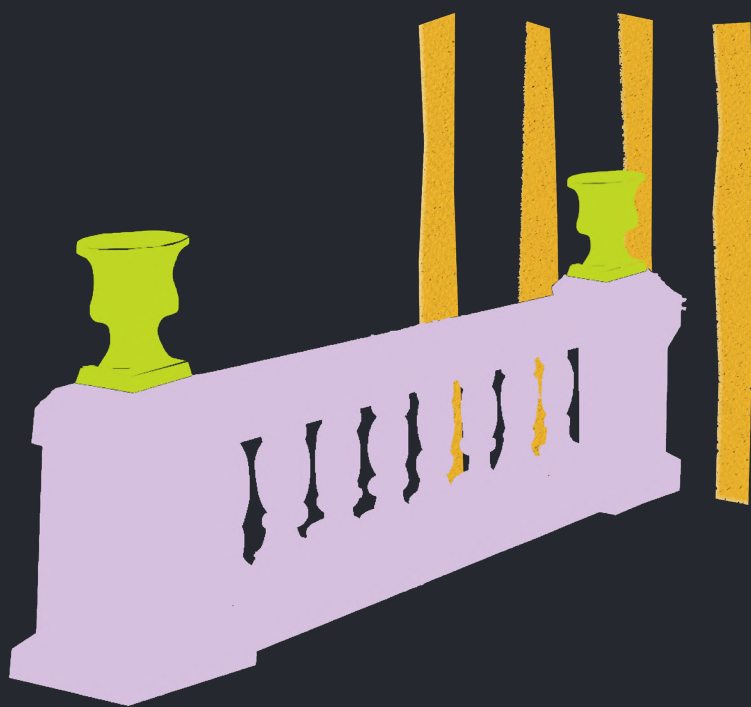
Débora Sales Costa
João Marcello Torquato Lima Silva

diagramação

Carolina Jorge Teixeira Guimarães

realização

quintau.



APRESENTAÇÃO

A 1ª Edição do grupo de estudos “Patrimônio, Cidade e Memória” é uma iniciativa do Quintau Coletivo com o objetivo de ampliar o debate sobre o patrimônio histórico de Fortaleza sob lentes críticas e de motivar ações que coloquem o patrimônio na pauta do “desenvolvimento” urbano da capital. O Quintau acredita na preservação do patrimônio, em sua diversidade não hegemônica, como uma ferramenta para a construção de uma cidadania integrada ao tempo e para a garantia do Direito à Cidade. O presente documento é resultado das discussões realizadas nos cinco encontros do grupo entre maio e julho de 2024, e reúne uma coletânea de ensaios escritas pelos organizadores, um manifesto do Quintau Coletivo e manifestos elaborados pelos participantes do grupo.

O Quintau agradece imensamente aos facilitadores de cada um dos encontros realizados, que foram capazes de ampliar nossa percepção e entendimento sobre o que é patrimônio e nos colocar em movimento diante de tantas inquietações em torno da defesa de uma memória verdadeiramente capaz de contar inúmeras histórias.



SUMÁRIO

Grupo de Estudos: Patrimônio, Cidade Memória	7
Nas Ruínas e Nas Incertezas	15
Fortaleza, Cidade Sem Memória?	17
Patrimônio Histórico, Bem de Interesse Planetário?	19
Patrimônio Como Obstáculo	23
Patrimônio Território de Disputa	27
Nós Somos Memória Viva	29
Museologia Popular para Reescrever as Cidades	33
Nosso Manifesto	35
Manifesto dos Participantes	43
Bibliografia	53

GRUPO DE ESTUDOS



5 ENCONTROS

8 FACILITADORES

11 PARTICIPANTES

**VISITA AO ACERVO
MUCURIPE, PONTO
DE MEMÓRIA DO
GRANDE BOM
JARDIM E VILA
VICENTINA**

**TROCAS COM
POVOS DE
TERREIRO E
INDÍGENAS EM
RETOMADA**

O 1º encontro ocorreu no dia 18 de maio, na Casa Comum, às 9 hs. Foi realizada a apresentação do formato do grupo de estudos e uma discussão de conceitos iniciais sobre o que é patrimônio e os caminhos para o tombamento, a partir da fala do Quintau Coletivo, representado por João. O texto discutido foi “Preservar não é tombar, renovar não é pôr tudo abaixo”, de autoria de Carlos Nelson F. Santos.



PATRIMÔNIO, CIDADE, MEMÓRIA



No segundo encontro, realizado no dia 01 de julho, o grupo de pesquisadores e estudantes foi acolhido pela Dona Fátima na histórica Vila Vicentina da Estância, um conjunto de casas populares construído na década de 1930, cujo processo de tombamento está atualmente em trâmite junto à Secretaria de Cultura do município e enfrenta inúmeros conflitos. Durante o encontro, foram discutidas as complexas interfaces entre a preservação do patrimônio cultural e o planejamento urbano em Fortaleza. Com a presença do professor Marcelo Capasso, que estuda o impasse da preservação do patrimônio cultural na cidade, o encontro destacou os desafios e as contradições inerentes às políticas de preservação patrimonial no contexto urbano atual. Ainda, foi possível refletir sobre as problemáticas de uma gestão mercantilizada do

patrimônio, em que o valor de troca é colocado acima do valor de uso, tomando como base a discussão do texto “O patrimônio como negócio” de Scifoni (2018).



GRUPO DE ESTUDOS

O 3º encontro aconteceu no dia 15 de Junho, na Biblioteca Pública Estadual do Ceará. Com a temática condutora sendo “Patrimônio é Política”, foram convidados Glaudemias Granjeiro, Valdivino Neto e Felipe Coelho para apresentar e discutir sobre patrimônio sob a perspectiva de povos indígenas. O ponto central da discussão foi acerca das intenções por trás das políticas patrimoniais e sobre como somente certas identidades e narrativas - as das elites - são privilegiadas no debate e na proteção patrimonial. Devido ao maior número de convidados, optou-se por não definir um texto para discussão.



No dia 6 de julho, o 4º encontro do grupo de estudos foi no Grande Bom Jardim, visitando a Associação Espiritualista de Umbanda São Miguel. Conversamos com Pai Neto Tranca Rua, Guardião da Memória eleito pelo Ponto de Memória do Grande Bom Jardim, e com Paulo Ricardo, historiador que também compõe o Ponto de Memória. O encontro, que teve como mote a museologia popular, discutiu sobre a memória afrocearense e sua relação com a origem do Grande Bom Jardim e as raízes da cidade, assim como sobre a importância das religiões de matriz africana na preservação da memória do povo preto.



PATRIMÔNIO, CIDADE, MEMÓRIA

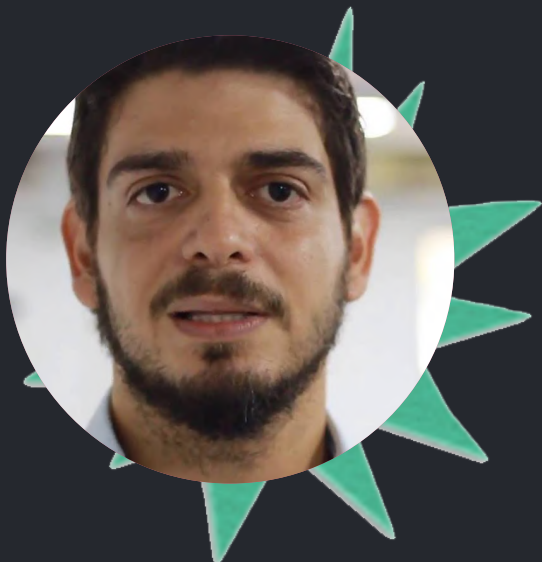


No sábado, dia 20 de julho, foi realizado no Acervo Mucuripe, o quinto encontro do Grupo de Estudos. Com o objetivo de debatermos mais sobre a museologia popular, o artista e turismólogo Diego di Paula trouxe uma imersão ao passado do Grande Mucuripe, com cartões postais que expressam antigos cenários, manchetes de jornais e escritos de moradores sobre as mudanças de paisagem do Mucuri-

pe. A museologia popular preservada pelo Acervo revela as visões das pessoas sobre seu espaço, que são reconhecidas e conservadas por Diego, servindo como instrumento de preservação da memória do povo.



GRUPO DE ESTUDOS



Marcelo Capasso, 2º encontro

Professor Dr. Marcelo Capasso estuda o impasse da preservação do patrimônio cultural na cidade de Fortaleza, sendo esse o tema de sua tese desenvolvida no doutorado em Geografia pela Universidade Federal do Ceará. Possui título de Master of Science em Gestão Urbana pela Technische Universität Berlin (2009) e graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Ceará (2004). Atualmente exerce atividade profissional como professor auxiliar no Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Unichristus e pesquisador convidado no Laboratório de Estudos da Habitação da Universidade Federal do Ceará (LEHAB-UFC).



Prof. Valdivino Neto, 3º encontro

Valdivino faz parte do Clã Kinkú do povo indígena Kariú Kariri. É Mestre em História e Letras pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Especialista em Etnologia Indígena pela Faculdade da Região Serrana (FARESE) Espírito Santos - Brasil (2021). É professor e historiador graduado pela Universidade do Ceará (UECE). Pesquisa sobre os povos indígenas com ênfase nas etnias do Ceará. Como também na Etnologia indígena; Genocídio, Etnocídio e Etnogênese indígena e Etnolinguística indígena.

FACILITADORES



Prof. Glaudemias Granjeiro **3º encontro**

Arquiteto e urbanista, professor, pesquisador e podcaster do Fofoca na Calçada. Glaudemias é Arquiteto e Urbanista graduado pelo Centro Universitário Católica de Quixadá (Unicatólica), com ênfase em estudos que versam a relação humana, da cultura com o espaço. Possui especialização em Paisagismo pela Universidade

de Fortaleza (UNIFOR) e Mestrado em Arquitetura, Urbanismo e Design, pela Universidade Federal do Ceará (PPGAUD-UFC), na linha de modelagem da informação. Desde 2022 é professor de arquitetura e urbanismo na Unicatólica, ministrando algumas disciplinas que versam seus temas de interesse como Técnicas Retrospectivas Patrimônio, Paisagismo, e Projeto Urbanístico.



Felipe Coelho Iaru Yê Takariju **3º encontro**

Indígena em retomada do povo Takarijú-CE, professor de Filosofia e mestre na área de Linguística. É palestrante com ênfase nos temas de cosmologias indígenas, educação e literatura. Autor de AlienIndi: os portais dos mundos. Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

GRUPO DE ESTUDOS



Paulo Jorge Kaa'por **3º encontro**

Indígena em retomada Povo Urubu Ka'apor. Doutorando em Filosofia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Paulo Jorge Leandro, vem de ancestralidade a partir dos Ka'apor/M.A. e dos Guanacé/Itapajé Ceará. Filósofo, vem se dedicando, há 13 anos, aos estudos com as medicinas da floresta e à Ciência da Encantaria, temas aos quais desenvolve pesquisa no doutorado. Coordena a rede Tucum Fortal da Cura e integra o Movimento Social Indígena - MSI.



Paulo Ricardo Schneider **4º encontro**

Griô, estudante de História UFC, professor de História Geral no Projeto Novo Vestibular - UFC, facilitador do Greenpeace Fortaleza, membro do Fórum de Políticas Ambientais do Grande Bom Jardim, da rede Afro-indígena de Ambientalistas do Ceará, Rede LGBTQIAPN+ da Zona Costeira, Rede Dlis e do Conselho Gestor do Ponto de memória do Grande Bom Jardim.

FACILITADORES



Pai Neto Tranca Rua
4° encontro

Pai Neto Tranca Rua é Pai de Santo do Centro Espirita de Umbanda São Miguel, no bairro Granja Lisboa. Possui uma trajetória antiga nas lutas por moradia, cultura e memória na região do Grande Bom Jardim. Foi membro titular do Colegiado Setorial de Patrimônio Imaterial (CNPIC) e do Comitê Gestor das Expressões Culturais Afro-Brasileiras. Foi titulado como Mestre da Cultura Popular do Estado em 2022. Compõe o grupo Ponto de Memória do Grande Bom Jardim, que busca preservar, fortalecer e compartilhar a memória e as tradições da região.



Diego Paula de Araújo
5° encontro

Nativo e morador do Mucuriipe, técnico em Guia de Turismo (2011) com foco no turismo cultural e comunitário, é artista licenciado em Artes Visuais pelo Centro Universitário Leonardo Da Vinci (2022), com pesquisa contínua focada em memória e cidade e esteve inscrito no Conselho Gestor da Zeis Mucuriipe e no Conselho Consultivo de Leitores O Povo.



NAS RUÍNAS E NAS INCERTEZAS

Um convite à reflexão sobre o patrimônio cultural em Fortaleza

A demolição do Edifício São Pedro gerou um burburinho na opinião pública no que se refere à preservação do patrimônio cultural edificado em Fortaleza. Das postagens em redes sociais às capas de jornais locais, o assunto virou notícia e trouxe à tona um discurso que se repete com certa constância por aqui: Fortaleza é uma cidade sem memória.

Antes de endereçar as especificidades do contexto fortalezense, é importante refletir sobre o significado desta afirmação em um enquadramento mais amplo. É possível haver uma ci-

dade sem memória? No que consiste a memória de uma cidade? Quem a produz? Quem a preserva? Ou ainda, quem, deliberadamente, a apagaria por completo?

Ao nosso ver, a memória é parte indissociável da Cidade, visto que, como fruto das interações entre as práticas sociais (econômicas, culturais e político-ideológicas) e o meio natural, a Cidade se apresenta como meio, processo e produto da reprodução da vida. Sendo assim, carrega consigo as marcas – e memórias – dos grupos que a constituem, materializando no espaço as assimetrias existentes entre eles: a alguns, o destaque e o direito à preservação; a outros, a negligência, o apagamento e a sina do esquecimento. A memória da Cidade é, portanto, algo dinâmico e em constante processo de disputa, eminentemente política, e, portanto, parcial.

Propomos aqui deslocar o sentido da afirmação de partida em uma pergunta: Quais [e de quem são as] memórias [que] Fortaleza preserva? Essa mudança tem por objetivo buscar romper com um certo fatalismo associado à ideia de Fortaleza como cidade desmemoriada que, como demonstrou a profa. Linda Gondim (1), tem retroalimentado, desde o final do século XX, os discursos em torno da não-preservação do seu esparso patrimônio cultural edificado existente. Mais do que isso, acreditamos que o deslocamento proposto ensaia ainda outros questionamentos, como o que entendemos e percebemos como patrimônio histórico em nossa cidade, e quais as relações existentes entre esses patrimônios e a memória dos grupos a constituem?

Assim, o presente manifesto surge a partir desse caldo de inquietações – não no sentido de propor respostas definitivas a todas as questões aqui postas, mas de estimular uma reflexão crítica sobre o atual estado de preservação do patrimônio cultural de Fortaleza e apontar as lacunas e caminhos possíveis para seu reconhecimento e preservação.

Os textos que seguem foram elaborados a partir das discussões que se



Ed. São Pedro nos anos 50. Fonte: IBGE

iniciaram no primeiro grupo de estudos Patrimônio, Cidade e Memória, organizado por nós do Quintau Coletivo, com a participação de membros externos e com a importante presença de facilitadores, que contribuíram enormemente. Posterior a esta introdução, o manifesto divide-se em três blocos principais: o primeiro é composto por cinco ensaios, dispostos na ordem dos textos e temas discutidos durante os encontros; o segundo conta com a contribuição dos membros externos que participaram do grupo de estudos; e o terceiro e último como uma síntese e encaminhamento dos temas apresentados.

Boa leitura!



FORTALEZA, CIDADE SEM MEMÓRIA?

Diferentemente de outras capitais do Nordeste, como Salvador e Recife, Fortaleza nunca foi reconhecida pelo seu patrimônio cultural edificado. Dentre alguns motivos, tem-se o fato de que esta só passou a ganhar expressiva notoriedade no cenário nacional e na rede urbana cearense a partir do século XIX, quando tornou-se uma centralidade na distribuição e escoamento de mercadorias devido ao binômio porto-ferrovia (2).

Entretanto, a não-preservação de nosso patrimônio cultural tem relações com outros fatores para além da “curta” temporalidade do tecido urbano formal. Segundo a professora Linda Gondim (3), a imagem de que Fortaleza é uma cidade desvencilhada – ou sem apego – do seu passado tem fortes relações com a política mudancista iniciada em 1987, quando Tasso Jereissati assumiu o governo.

Alicerçado em um discurso de modernização total do estado em oposição aos antigos “coronéis” da política cearense, Jereissati impulsionou uma reestruturação produtiva do estado em que o turismo passou a ganhar primazia dos investimentos públicos. No âmbito municipal, o objetivo era construir uma imagem de Fortaleza como um espaço turístico, cuja identidade deveria se desvencilhar do passado calamitoso das secas e olhar para um futuro próspero, inserido nos circuitos do capitalismo internacional. Como desdobramentos deste período, datam grandes obras (4) como a Nova Ponte dos Ingleses (1994), o Mercado Central (1998) e o Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura (1999) – todos estes relacionados à atividade turística e ignorando as preexistências (arquitetônicas, paisagísticas e culturais) nos locais dos quais foram implantados.

Na contramão desse processo, os primeiros bens acautelados pela prefeitura de Fortaleza datam da gestão da prefeita Maria Luiza (1986-1989), sendo eles a Capela de Santa Teresinha (1986), o Estoril (1986), os Espelhos d'Água das Lagoas de Messejana e Parangaba (1987). No entanto, tais

iniciativas de proteção deram-se via aprovação extraordinária na câmara de vereadores, visto que o instrumento de tombamento só foi regularizado na política urbana do município no ano de 2008 (5), durante a segunda gestão da prefeita Luizianne Lins (2005-2013).

Teatro José de Alencar Casa de José de Alencar 1964	Passeio Público 1965	Assembleia Provincial 1973	Palacete Carvalho Mota 1983	Forte de Nssa. Sra de Assumpção 2012
--	--------------------------------	--------------------------------------	---------------------------------------	--

Escala Federal

Antiga Cadeia Pública 1982	Palacete Ceará Farol do Mucuripe Estação João Felipe 1983	Igreja Nssa Sra do Rosário Palácio da Luz	Cine São Luiz Praça dos Leões 1991	Museu da Indústria Solar Fernandes Vieira 1995
--------------------------------------	---	--	---	---

Galpões da RFFSA 2004	Antiga Alfândega ** 2005
---------------------------------	------------------------------------

Escala Estadual

Estoril Capela Patrimonial Santa Terezinha 1986	Espelho D'água Lagoa da Messejana 1987	Teatro São José Centro Artístico Cearense Riacho Papicu e suas margens 1988	Parque da Liberdade 1991	Bosque do Pajeú Paço Municipal 2005
--	--	---	------------------------------------	--

Ed. São Pedro ** Bar do Avião Farol do Mucuripe 2006	Casa do Barão de Camocim 2007	Mercado dos Pinhões 2008	Casa Frei Tito de Alencar 2011	Igreja de Sta. Edwiges ** Igreja São Pedro dos Pescadores Casa do Português Santa Casa 2012	Vila Vicentina 2016
--	---	------------------------------------	--	---	-------------------------------

Escala Municipal

TOMBAMENTOS EM FORTALEZA

** Tombamentos provisórios

* Não estão listados todos os bens tombados aqui



PATRIMÔNIO HISTÓRICO BEM

A pergunta inicial “o que é patrimônio?” é um ponto de partida para os estudos sobre patrimônio cultural e preservação, no entanto, os inúmeros pensamentos que tentam responder essa “simples” questão tornam as respostas ambíguas. No dicionário, de forma isolada, patrimônio, além de “conjunto de bens de uma pessoa ou empresa, é herança comum, transmitido de uma geração para outra, com valor e importância reconhecidos, que deve ser protegido e preservado.” (6) Essa definição carrega alguns princípios, como valores, tradições e bens.

O patrimônio histórico tem uma definição um pouco mais clara, mas se diferencia em certos pontos a depender da perspectiva adotada, visto que a discussão de preservação se estende do século XVIII aos dias atuais. Para a historiadora Françoise Choay, o patri-



Palhoça da Boca da Barra na Sabiaguaba.
Fonte: @boca_da_barra.

mônio histórico seria um “bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões plane-

DE INTERESSE PLANETÁRIO?

tárias, construído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum” (7). Diante disso, surgem as questões: seria o patrimônio histórico um bem de interesse planetário? Até que ponto podemos considerar que o patrimônio histórico e cultural é um bem comum a todos?

Apesar das diversas dinâmicas presentes na urbe, que se constitui como expressão da memória viva de diferentes comunidades, nem todas as identidades afirmadas são reconhecidas. As Cidades são moldadas por uma vivência coletiva, porém deve-se reconhecer que existem diversos coletivos. Trazendo essa discussão a um parâmetro nacional, o histórico da prática de preservação de patrimônio no Brasil é conturbado, quando a lógica colonizadora, de progresso e de mercado é a que dita o que deve ser

preservado ou não, protegendo majoritariamente a memória da classe dominante.

Embora a aplicação da lei seja questionável, na legislação, a Constituição de 1988 amplia o texto do Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que discorre acerca da definição de patrimônio como a preservação de bens de



Casa do Barão de Camocim no Centro. Fonte: Casarões Antigos de Fortaleza.



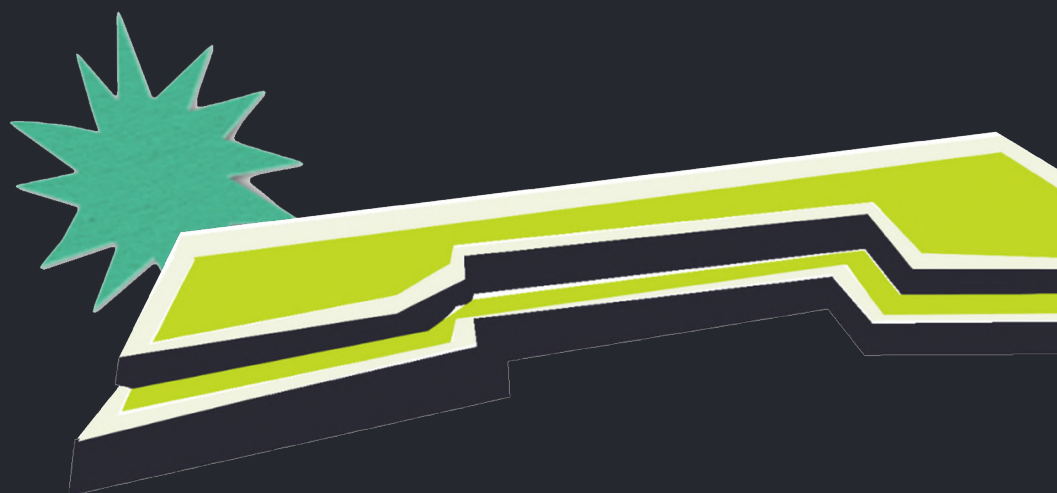
Vila São José no Jacarecanga em 2015. Fonte: Mapa Cultural do Ceará.

interesse público relacionados a fatos memoráveis da história do Brasil. O Artigo 216 da Constituição acrescenta elementos culturais específicos dos povos à preservação, reconhecendo-os como agentes preservadores de memória ao afirmar que patrimônio cultural é o conjunto de bens:

“de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.”

Assim, diferente do que a historiadora Choay afirma sobre patrimônio como um bem de interesse planetário, tem-se que patrimônio histórico

e cultural é expressão de memórias diversas, desde modos de viver a objetos e edifícios importantes aos grupos sociais. Diante de tantas formas de enxergar patrimônio, desde pensadores a comunidades, é perceptível a abrangência do tratamento da preservação, em diversas escalas, não apenas uma planetária. Portanto, tentar considerar parcelas pequenas importantes apenas por sua monumentalidade não reflete as cidades como um todo, na mesma medida em que considerar apenas a narrativa da classe dominante exclui e violenta a memória de tantos povos que ainda resistem pela sua existência. Deve-se reconhecer, respeitar e proteger as diferentes expressões de patrimônio histórico e cultural.





PATRIMÔNIO COMO OBSTÁCULO

O patrimônio cultural é geralmente celebrado como um legado de memória coletiva, identidade e afeto. Contudo, com o avanço do capital imobiliário em Fortaleza, a memória edificada existente na nossa cidade, em alguns casos, passou a ser instrumentalizada como um dispositivo de exclusão. O que deveria ser um bem coletivo, preservado em nome de todos, muitas vezes é transformado em uma justificativa para remoções e para a negação de direitos fundamentais, como o direito à cidade e à memória.

No centro dessa contradição está a percepção desigual do que é digno de ser preservado. Fortaleza, como muitas outras cidades, vê seus espaços mais tradicionais e populares sendo apagados para dar lugar a empreendimentos turísticos e grandes projetos. A preservação de símbolos e monumentos, como o Farol do Mucuripe,

muitas vezes é usada para justificar intervenções urbanas que ignoram ou, pior, removem as populações que deram vida a esses espaços. Assim, a memória do povo se transforma em moeda para o desenvolvimento e o patrimônio deixa de servir à comunidade que o construiu.

Capasso, em suas investigações, destaca que a questão do patrimônio cultural em Fortaleza apresenta uma série de problemáticas institucionais e políticas, resultando na frequente deterioração e destruição de edificações históricas - um cenário que alerta para o grande impasse da preservação do patrimônio, que está relacionado a uma gestão do espaço urbano com pouca efetividade das políticas públicas e com a priorização de interesses imobiliários sobre o interesse coletivo. No encontro do grupo de estudos, as discussões enfatizaram que esse



Vila Vicentina no Dionísio Torres. Fonte: Opovo+.

impasse não é apenas uma questão de falta de técnicos ou de recursos, mas também uma questão política profundamente enraizada nos arranjos institucionais da cidade, que, para Scifoni, derivam de uma natureza desigual do patrimônio no Brasil. Para a autora, é fundamental entender de que forma o Estado tem produzido políticas públicas voltadas para o ajuste do patrimônio combinado à reprodução da cidade como negócio.

A preservação patrimonial em Fortaleza revela um jogo de poder entre

as narrativas da elite e as das classes populares. De um lado, temos a narrativa institucional que valoriza o patrimônio que é esteticamente monumental e singular, adequado aos olhos do turismo internacional. De outro, temos as histórias invisibilizadas das comunidades que foram afastadas ou negligenciadas, como o caso da comunidade do Titanzinho, que foi ameaçada de remoção em 2020 para a construção de uma praça no entorno do Farol do Mucuripe. No período, o Governo do Estado declarou que as casas no entorno do bem dificulta-

vam o acesso à praia e a visibilidade do Farol. Nesse sentido, é imperativo perguntar: qual memória estamos escolhendo preservar? Para quem estamos preservando? E quem paga o preço dessas escolhas?

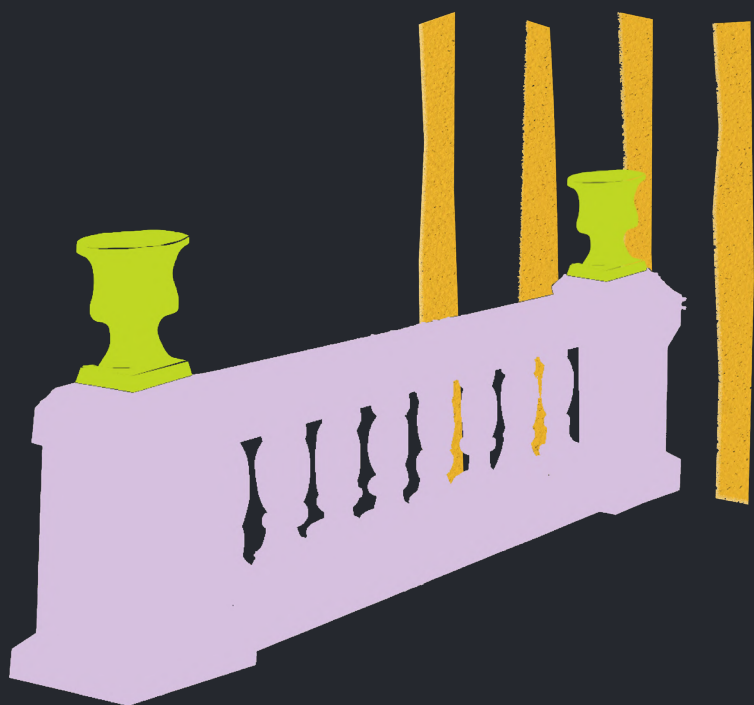
É nesse contexto que o patrimônio pode ser também um obstáculo ao desenvolvimento excludente. Em meio à pressão da especulação imobiliária e da reconfiguração urbana, as comunidades resistem. Elas buscam transformar o patrimônio em um instrumento de luta, reivindicando não só o direito ao espaço, mas o direito de serem reconhecidas como parte da história da cidade. A vitória da comunidade, ao barrar a remoção das famílias, e a luta pela criação de um museu comunitário no Titanzinho são exemplos de como a memória e o patrimônio podem ser usados como instrumentos contra o apagamento institucional. A luta da Dona Fátima e dos seus companheiros da ZEIS Dionísio Torres pelo tombamento da Vila Vicentina e, conseqüentemente, pela permanência das famílias que há anos ali residem também mostra que o uso e a apropriação popular do patrimônio são barreiras fundamentais à lógica mercadológica.

Então, se o patrimônio popular é obs-

táculo a uma cidade que exclui os nossos, e se o Estado junto às elites já estão arquitetando formas de superá-lo, que busquemos mais instrumentos para fortalecer essa barreira.



Antigo Farol no Mucuripe. Fonte: TripAdvisor.

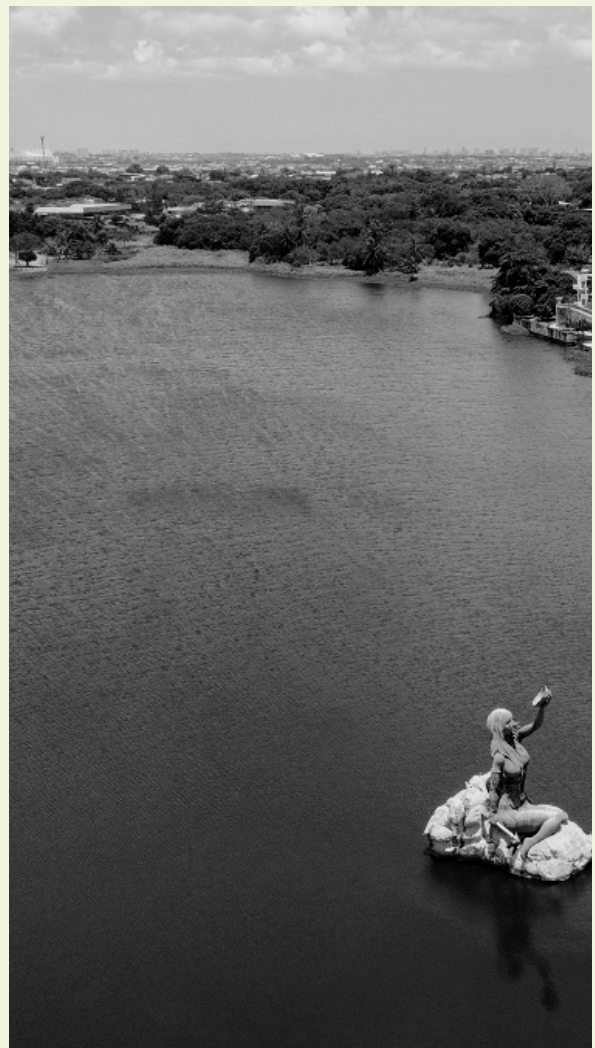




PATRIMÔNIO TERRITÓRIO

O cânone das discussões acerca de patrimônio cultural edificado se restringe fortemente às tipologias construtivas relacionadas aos símbolos de poder dos colonos. Casas de fazenda, palacetes, monumentos... A preservação da materialidade como valorização simbólica revela, também, o exercício da empresa estatal a favor da manutenção das estruturas hegemônicas provenientes do processo de colonização. Qual é a experiência de um povo marginalizado ao se deparar com a casa-grande como marco de memória de seu território?

A experiência dos povos indígenas é permeada por permanências imateriais e impermanências materiais. Sendo assim, as estruturas e as materialidades se desfazem, voltam para o solo, decompondo-se e se recompondo em novas possibilidades. No entanto, o saber não se perde, é



Lagoa da Messejana, bairro tem origem em um aldeamento indígena. Fonte: JL ROSA.

DE DISPUTA

repassado e persiste nas gerações vindouras. Apesar disso, elementos naturais, como cachoeiras, pedras, montanhas, rios, árvores, etc.. são entendidas em sua permanência como lugares sagrados que devem ser preservados. Seria, então, a natureza o patrimônio material indígena?

A partir desse ponto de vista, borram-se os limites entre questões ambientais e patrimoniais. Porém, na construção histórica do entendimento sobre o que é patrimônio, essa perspectiva pouco tem ressonância e, à mesma medida que pouco interessa a preservação do meio ambiente ao capitalismo/colonialismo, pouco interessa, também, o fomento de um patrimônio indígena sob a ótica indígena. Sítios arqueológicos, parques nacionais de preservação, delimitação de terras, todas essas maneiras de territorialização primeiro desterritorializam

o indígena e seu habitat para reterritorializá-lo em um confinamento.

A compreensão sobre o que é patrimônio está sempre em disputa e esta nunca teve serventia aos povos indígenas, muito pelo contrário, apenas delineou conceitualmente e materialmente a dominação colonial. A discussão patrimonial é tensionada, e eu diria até virada do avesso, no momento que se choca com cosmovisões indígenas e suas historiografias, como aconteceu no encontro com os professores indígenas Glaudemias Junior e Valdivino Neto, do povo Kariú Kariri. A partilha provocou um desvio na compreensão acerca do cerne do conceito de patrimônio, levando muitos dados “óbvios” para um lugar de questionamento e trazendo uma gama de percepções bastante destoantes daquilo promovido pelo cânone patrimonial.



NÓS , MEMÓRIA SOMOS VIVA



Pai Neto Tranca Rua na Associação Espírita de Umbanda São Miguel no Grande Bom Jardim. Fonte: ceara.gov.br.

Nos anos 60, o Bom Jardim era conhecido como a “Capital da Macumba”, mas muito antes disso o Grande Bom Jardim, com os mesmos rios que agora sofrem com a poluição da cidade, foi abrigo de populações indígenas que fugiam do litoral dada a chegada dos colonizadores. Hoje, o Grande Bom Jardim (GBJ) é rico em associa-

ções de moradores, coletivos de arte e cultura, movimentos de juventude, movimentos de luta pela moradia e pela cidade, cozinhas comunitárias e terreiros. Exemplo de mobilização, o GBJ entrelaça todas essas movimentações com os costumes e hábitos locais que costuram uma forte identidade para a região.

Em 2010, foi criado o Ponto de Memória do Grande Bom Jardim, comprometido com a manutenção da memória social e a prática de uma museologia comunitária. Antes disso, escravizados fugidos construía um território propício aos Quilombos na região que hoje é a mais populada por comunidades de terreiro na cidade.

Paulo Ricardo Dias, historiador, ativista do Greenpeace e um dos organizadores do Ponto de Memória do GBJ, fala sobre a teia de um tempo não-linear que conecta encantarias e formas de existir no mundo que são anteriores à origem administrativa do GBJ até os dias atuais. As velhas que plantam ervas medicinais nos seus quintais contam uma história. Reinventando o tempo, o Grande Bom Jardim é memória viva. Pai Neto Tranca Rua, Pai de Santo do Centro de Umbanda São Miguel, conta sobre a memória preta da cidade e do Grande Bom Jardim misturada a sua vivência e a sua experiência espiritual. Ele é um Guardião da Memória e tem o poder da oralidade para transmitir um conhecimento que desafia a noção de um tempo linear. Há coisas que só a oralidade é capaz e, por isso, a memória ganha uma nova dimensão quando a ferramenta é a voz.

E qual a relação entre memória e patrimônio? O que a oralidade nos revela sobre o espaço, vazio ou edificado? No conto de Pai Neto e Paulo Ricardo, Fortaleza, mesmo sob a alcunha de “terra liberta” ou “terra da luz”, esconde sua história no espaço. Onde estão os pelourinhos da cidade? Quem retoma a cultura afrocearense da capital? São muitos os lugares da memória



Ponto de Memória Grande Bom Jardim.
Fonte: OPovo+.



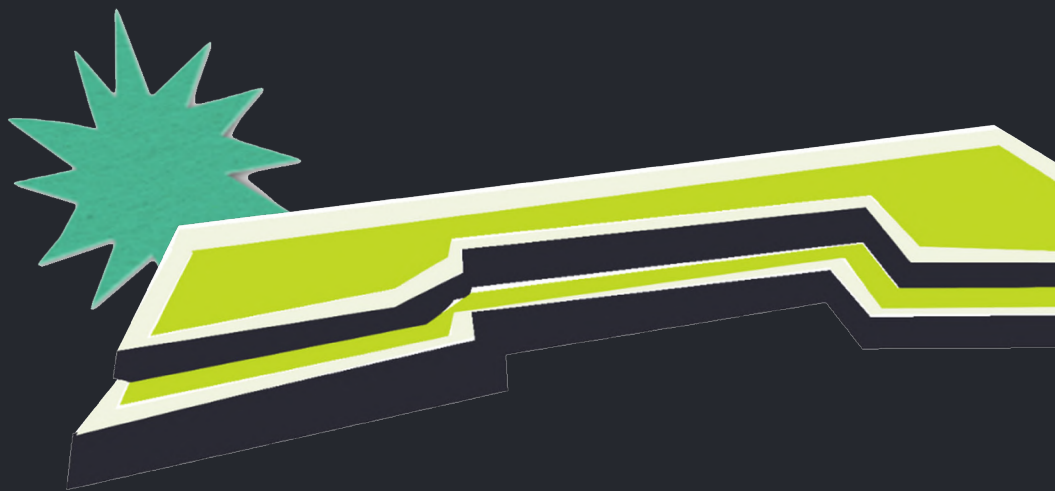
Lagoa da Viúva no Siqueira, Grande Bom Jardim. Fonte: Elinaudo Barbosa.

preta de Fortaleza que foram destruídos e apagados, mas para a oralidade “o espaço sempre vai existir”. A memória mantém os espaços mesmo que sob outros lugares. É por isso que Juazeiro do Norte é um grande terreiro - mesmo com os seus símbolos católicos tão característicos, quando se observam as práticas cotidianas

e quando se evoca o passado, o lugar nas entrelinhas se revela um outro. É por isso que mesmo com as mudanças no território do Grande Bom Jardim, Pai Neto marca “ali era outro lugar”. E quanto aos lugares que ficam? A Igreja do Rosário dos Pretos, na Praça dos Leões, é a construção mais antiga do centro urbano de Fortaleza, um bem tombado que segue sem reformas.

O patrimônio preto de Fortaleza, que hoje sofre com a violência com que a cidade lida com seu espaço urbano e as suas edificações de outros tempos, é e pode ser resgatado pela memória, pelo poder que a oralidade tem em reivindicar o lugar. No fazer técnico, e no pensar patrimônio a partir da técnica, pode existir um vício em “taxonomizar” a vida e valorizar um objeto físico e

estático como centro do conhecimento. No entanto, na experiência de Pai Neto e Paulo Ricardo, a preservação se dá na vida, ela é a própria continuidade. E, ao contrário da estaticidade, o patrimônio também é a mudança contínua e autônoma de uma ancestralidade sempre presente. Isso é o que o espaço do terreiro revela. “Exumou um pássaro ontem com uma pedra que só jogou hoje”. No espaço da cidade, quais as pedras que nós evocamos?





MUSEOLOGIA POPULAR PARA

“A paisagem natural era de esplendor, a humana, de tristeza e miséria”. Assim descreve Padre José Nilson o território do entorno do farol do Mucuripe, em uma publicação no final do século XX. Essa formulação discursiva não foge à regra dos discursos oficiais – como o de Jornais e documentos públicos – do mesmo período, que retratavam o território que hoje é denominado Grande Mucuripe como um espaço associado ao meretrício e ao crime.

Se pensarmos a Cidade como uma arena de disputas políticas, podemos inferir que a escrita de sua história também é feita de uma miríade de conflitos. Em uma historiografia dita “tradicional”, celebram-se os grandes feitos das gestões urbanas – abertura de avenidas, criações de praças ou equipamentos públicos – postos como respostas definitivas aos problemas

que até então afetavam a ordem pública. Nestes discursos, o progresso costuma aparecer como um bem comum a todos, ignorando as experiências daqueles que são deixados à margem, ou até muitas vezes afetados negativamente, por esses processos.

Na tentativa de construir uma contranarrativa a essa historiografia tradicional, surge o Acervo Mucuripe, em Fortaleza. Fundado no ano de 2017 pelo guia de turismo Diego di Paula, o Acervo dá sequência ao legado da memorialista Verinha Miranda, uma ex-moradora da região que fez da própria residência um museu sobre o bairro, até que sua casa foi demolida para construção da Avenida Via Expressa, há poucos metros da atual sede do projeto.

Através de registros cartográficos, jornais, cartões postais, objetos de

REESCREVER AS CIDADES

arte (fotografias, pinturas, poemas etc.) e documentos oficiais, o Acervo Mucuripe produz uma montagem eloquente sobre o passado da região em que se insere, convidando os visitantes a refletir sobre a forma como os discursos hegemônicos construíram uma imagem estigmatizada sobre o território e aqueles que o habitavam. Sob a ótica da “tristeza e da miséria”, não se enxergava a polifonia de expressões artísticas ali contidas, que traduziram, com riqueza de detalhes, os modos de vida daqueles que, à margem do progresso, construíram com as próprias mãos a cidade em que moravam.

“Todo trabalho de memória é um trabalho de arte” diz o painel de lambe que recebe – ou despede – os visitantes no muro paralelo à fachada do Acervo, mas não somente ele. Ao caminhar pela estreita rua que leva

ao equipamento, uma série de grafites e fotografias colore os limites do espaço público, rememorando personagens célebres daquele território e construindo para si e para a cidade de Fortaleza um bom exemplo da importância de se contar a própria história.



Acervo Mucuripe. Fonte: Agências Mural.

NOSSO

**por um outro
patrimônio em
Fortaleza**

1. NÃO SE LIMITA PATRIMÔNIO

Ao afirmar a existência do patrimônio como o reflexo de um interesse planetário, estamos excluindo a diversidade cultural e expressões de muitos grupos sociais que não se sentem representados por essas monumentalidades. É necessário reconhecer as múltiplas escalas de preservação do patrimônio e os diversos agentes que contribuem para a construção da história. Patrimônio pode ser tudo aquilo que um grupo considera essencial para a preservação de sua memória, imaterial ou material, permanente ou impermanente, construído ou natural.



MANIFESTO



2. O PATRIMÔNIO CULTURAL IMPÕE BARREIRAS AO CAPITAL

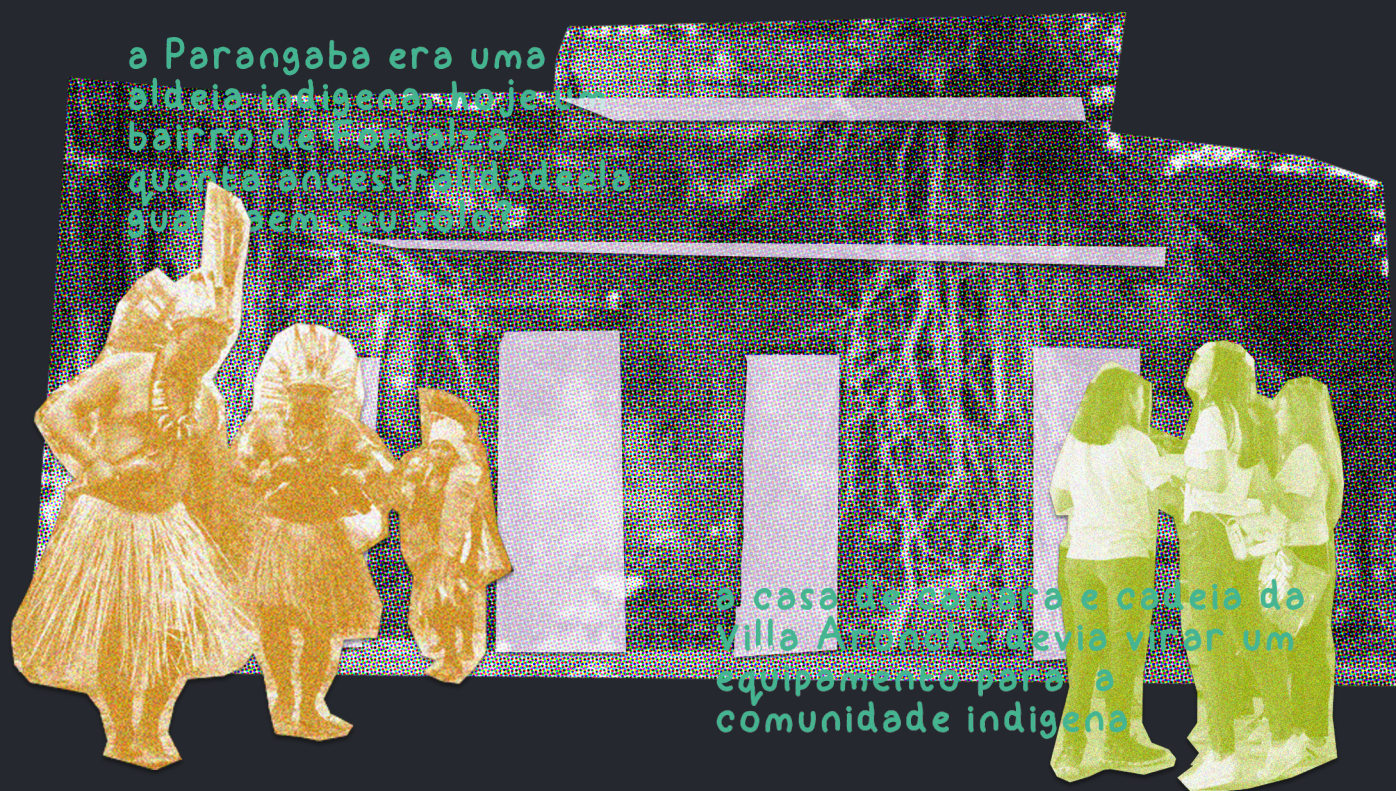
Quando reivindicamos um patrimônio diverso, acessível e que contempla a experiência de múltiplos grupos no espaço urbano estamos, necessariamente, assumindo uma posição crítica à expansão deliberada do mercado imobiliário na cidade. Preservar o patrimônio também significa questionar a lógica atual que domina a produção das nossas cidades, a ideia do desenvolvimento sem freio. Do contrário, o patrimônio vai se limitar a um objeto lucrativo, que nunca alcançará a sua verdadeira função de nos conectar com o passado e respeitar nossa história. A preservação do patrimônio deve, sim, confrontar os interesses do desenvolvimento predatório e da especulação imobiliária. A identidade histórica da cidade, em suas várias facetas, não pode ser sacrificada em nome do “progresso” que serve a poucos. Preservar é resistir ao esquecimento e à transformação de nossa cidade em um mero produto de consumo.

3. PRESERVAR O PATRIMÔNIO NATURAL DE FORTALEZA É PRESERVAR A MEMÓRIA ANCESTRAL

Quando o patrimônio se entrelaça com a memória ele passa a carregar muitos significados para além do material e do visível. Para além da paisagem construída, entender o ambiente natural como fonte de memória é compreender que sua preservação mantém viva a ancestralidade de tantos povos que ocuparam o espaço da nossa cidade muito antes de qualquer corrente arquitetônica colonizar essas terras. Discutir patrimônio sem considerar a natureza ignora as formas diversas de se preservar e produzir memória. A natureza é indissociável da construção da cultura, logo pensar patrimônio também é pensar na paisagem natural.

4. CONTRACOLONIZAR O PATRIMÔNIO É CONFRONTAR A MEMÓRIA DAS ELITES

O patrimônio edificado ou natural é um instrumento que dá forma e conteúdo ao espaço. Para lutar por um outro espaço e uma outra memória é urgente enfrentar e combater o processo histórico que torna a preservação do patrimônio um terreno de narrativas coloniais que privilegia a memória das elites. De nomes de ruas a bustos e casarões há uma história sendo contada e outra esquecida. Nas palavras de Nego Bispo “contracolonizar é contrariar”, contracolonizar o patrimônio requer um esforço de revirar as relações com a terra e centrar a discussão na cosmovisão compartilhada entre indígenas e quilombolas. Não só evidenciar a realidade histórica violenta do patrimônio das elites, contracolonizar o patrimônio envolve até mesmo questionar qual a sua utilidade.



5. A MEMÓRIA POPULAR NASCE NA RUA

Nas ruas, becos, travessas e avenidas a construção da memória acontece. Diferente da rua alheia a vida urbana que tanto se repete em áreas nobres da cidade, a rua pode ser, e é, o maior exemplo de espaço público da cidade. Existem muitos territórios em Fortaleza que a rua é palco dos encontros e trocas coletivas diárias. A vida cotidiana é uma tela marcada pelas relações interpessoais e pelas interações com o ambiente construído que sobrevive no tempo, ela é capaz de acumular anos e anos de narrativas que nem sempre são protagonistas quando se fala de patrimônio. Pensar em patrimônio vai além do pensar edifícios e espaços privados ou fechados. A memória popular nasce, é nutrida e transmitida na rua; fortalecendo e sendo fortalecida pela sensação de pertencimento que as pessoas têm em seus territórios. O patrimônio do povo é a rua.

o mercado dos pinhoes guarda a vida boemia, o carnaval, o ferro da melhor idade. Chego da Europa e ficava em outro lugar. Foi separado do seu par que ainda espera por investimento.



6. A MEMÓRIA VIVA NÃO ACEITA SER MUSEU

Encarar o patrimônio cultural edificado como a lembrança congelada de um passado limita a possibilidade de renovação de usos no presente e no futuro. Sob um tempo linear, o que é preservado está em um passado intangível. Sob o tempo circular, o patrimônio sempre é matéria de retorno para o presente e para o futuro. A memória existe em um fluxo de vivências e encontros em temporalidades distintas. Ela não passou, ela está viva e é o nosso principal instrumento de preservação. A manutenção do patrimônio histórico cultural edificado e o do natural deve acompanhar a memória viva, essa que é capaz de conectar passado, presente e futuro. O museu parece guardar o que não volta mais, mas o patrimônio deve afirmar e reviver a nossa experiência que está em constante diálogo com o passado. Por um patrimônio como um instrumento de reflexão sobre o tempo e não como um passado congelado.

7. A AÇÃO POPULAR PRESERVA A MEMÓRIA E ORGANIZA UM PATRIMÔNIO DIVERSO

A ação popular deve ser reconhecida como um dos agentes centrais na preservação da memória e do patrimônio natural e edificado. As manifestações culturais, vividas e afirmadas pelos coletivos sociais, fazem parte da história de Fortaleza. Quando o processo de preservação der, além da voz, autonomia e poder deliberativo para as organizações populares, o patrimônio expressará na cidade o respeito por diferentes existências e narrativas que se constroem e permanecem no nosso dia a dia. Uma cidade com uma identidade plural e diversa perpassa pelo estímulo e legitimação da autonomia popular na construção do patrimônio, reconhecendo a riqueza cultural presente no tecido social.

8. O PATRIMÔNIO ATRAVESSA TODA A GESTÃO URBANA

No campo público institucional, as políticas de preservação do patrimônio precisam ser transversais. Todos os órgãos e secretarias que envolvem o planejamento da cidade devem incorporar no debate a temática do patrimônio, não como um obstáculo mas como parte da solução. Fortaleza é repleta de exemplos nos quais o patrimônio surge acompanhado por questões multidimensionais, seja de moradia, mobilidade, meio ambiente etc. Quando a política de preservação se restringe há uma entre as muitas atribuições de uma única secretaria, a pauta do patrimônio perde a força na hora de orientar um projeto de cidade. Dado os anos de esquecimento deliberado de sua memória, Fortaleza precisa de uma política de patrimônio integrada, capaz de orientar o futuro de uma cidade com mais identidade.

9. EM OPOSIÇÃO AO ESPETÁCULO, O PATRIMÔNIO SE DÁ NOS USOS ESQUECIDOS

O patrimônio não deve ser apenas um recurso turístico ou uma mera vitrine que serve ao capital. O espetáculo dos espaços hegemônicos, as grandes obras e equipamentos da gestão, tem seu tom higienista e homogeneizante. Defendemos o patrimônio dos usos esquecidos, longe dos holofotes do espetáculo. Em oposição aos usos inventados propostos por elefantes brancos, o patrimônio encontra sua potencialidade quando preserva o uso cotidiano, ordinário e modesto. A preservação do patrimônio cultural deve incorporar as muitas linguagens do espaço, não somente àquela que depende dos olhos internacionais. A ação do poder público aos edifícios e espaços de valor patrimonial não deve servir para operar novos processos de apropriação colonial, mas sim valorizar e reviver os usos locais e espontâneos.



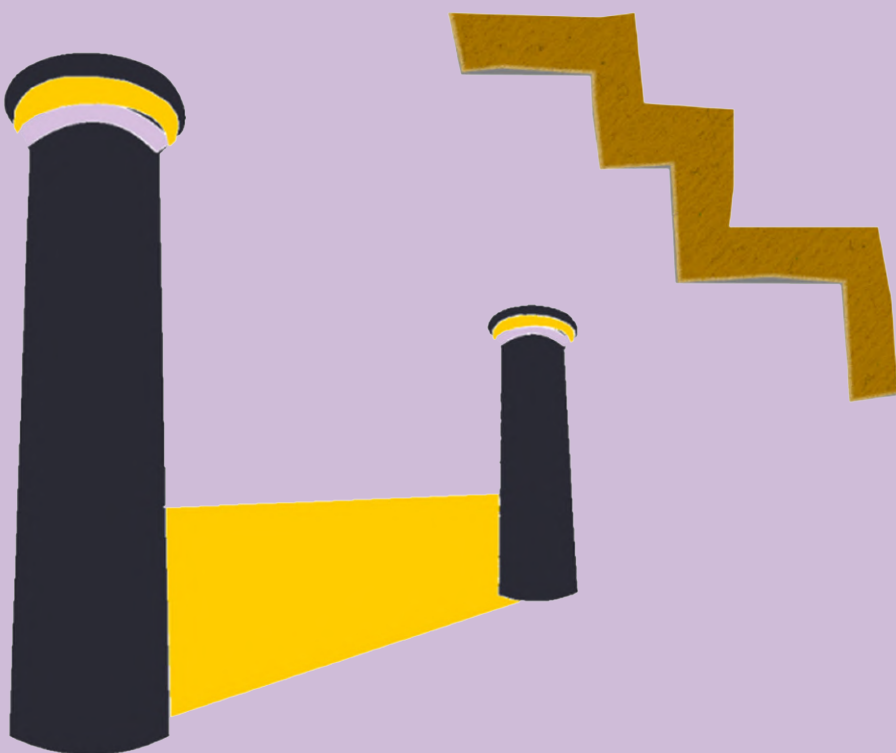
dizem que quem não é visto não é lembrado, eu sempre vejo e lembro da fortaleza. mas o que me impedem de ver o que sem querer eu esqueci? e daí vem minhas memórias?



10. DIREITO À MEMÓRIA TAMBÉM É DIREITO À CIDADE

Há muitas formas de dar significado ao que é cidade, uma delas é a partir da memória. Criamos laços com um lugar a partir do momento que percebemos a presença dele na história da nossa vida, esses laços podem ser compartilhados quando o mesmo lugar assume significados parecidos ou diversos para outras pessoas. A cidade é um laço coletivo. Uma cidade que coloca a memória debaixo do tapete ameaça seus laços, as relações de amor e afeto que o morador tem com o lugar. Para uma cidade que nos lembra sobre quem somos é preciso entender: Direito à cidade também é direito à memória.

MANIFESTOS DOS PARTICIPANTES



OCUPAÇÕES E MEMÓRIAS EM DISPUTA

*Renan Giménez Azevedo – MLB-CE/UFRGS
Angícia Gomes – SEDUC-CE/UFRGS*

As ocupações ampliam os escopos de reivindicação por moradia digna e afirmam a existência de pessoas que combatem as mazelas do capitalismo. Toda vez que nasce uma ocupação urbana, surge uma contraposição à forma vigente de produção da cidade fundada nas desigualdades e explorações.

Este modo de produção econômica se fundamenta em diversas contradições, sendo a expansão infinita de mercados com recursos limitados a mais evidente destas. O grande número de pessoas sem casa própria, a existência de edificações abandonadas e a especulação imobiliária são os elementos da grande contradição que salta aos olhos quando andamos pelas ruas de qualquer grande cidade brasileira. Tudo deve ser mercantilizado pelo capital e isso leva os agentes do mercado imobiliário a valorarem certos locais em detrimento de outros, buscando a maximização do lucro especulado da terra. Ao mesmo tempo, toda vez que um agente da ditadura militar ou um empresário é homenageado pela atribuição de seu nome a ruas ou edifícios, a história dos ditos vencedores é reforçada.

É diante desse contexto que propomos pensar as ocupações urbanas como uma forma de patrimonialização e registro da memória social. Lembramos que a história dos ditos vencedores é apenas uma versão da História — com agá maiúsculo mesmo. Consideramos que prédios e terrenos vazios tornam-se campos de disputa pela memória, pelo lucro e pela dignidade humana.

PRODUTORES DA CIDADE

Quando uma população não se reconhece ou não se percebe como parte de seu entorno, ela está perdida no tempo e no espaço. Podemos até dizer que também isso significa não ter consciência de classe. São sujeitos que não têm a lucidez de como seus atos carregam consequências no mundo que habitam ou de como experiências do passado conformam o seu cotidiano. Em contrapartida, aqueles que compreendem suas posições na História são justamente os que têm consciência de classe. A máxima que afirma “a classe dominante é consciente de sua classe” fica expressa em cada prédio com nome de empresário, político ou general – eles se consideram e propõem que os consideremos como os agentes da História.

As pessoas que detêm poder suficiente para eleger bancadas temáticas para defender seus interesses nas Câmaras e Assembleias parlamentares também são aquelas que procuram grilar as cidades para lucrar ao longo de gerações. Isto pode ser verificado nas legislações que regem o direito fundiário, em especial nos planos diretores. Ao recortar os territórios de uma cidade em zonas e áreas para orientar o crescimento e desenvolvimento urbano, um plano diretor torna explícito quais áreas são mais propícias para a especulação imobiliária. Rapidamente, o que deveria ser uma ferramenta para promover a regularização fundiária torna-se uma alavanca para o lucro privatizado.

FUNÇÃO SOCIAL

Os tombamentos poderiam ser mobilizados como freios e contrapesos aos avanços da especulação imobiliária? A conservação de edificações e seus entornos poderiam impedir que alterações drásticas sejam feitas? Seria por conta disso que incêndios de origens obscuras, cujos alvos são prédios em processo de tombamento, costumam ser tão frequentes?

Esses questionamentos associam a destruição das chamas à possibilidade de expansão do capital financeiro. Essas chamas também impedem um uso apropriado daquele bem pela sociedade. Aliás, elas tendem a ocorrer em espaços abandonados — o que costumamos receber apenas como uma fonte de alívio.

Notemos que, quando um ou outro prédio se torna local para ocupação, sinistros não ocorrem da mesma forma. Pessoas habitam naqueles lugares. Ali vivem, mantêm o espaço limpo e batizam-no com os nomes de heróis populares. Sepé Tiraju, Ranúzia Alves, Maria do Arraial, Dragão do Mar, Carlos Marighela e Sarah Domingues são algumas figuras que são memoradas em ocupações por moradia digna pelo Brasil. Ao servir de nova referência para a memória, cada ocupação é um monumento e patrimônio não-tombado, que serve de orientação à luta de todas as pessoas que de fato trabalham e constroem a cidade. Logo, o pragmatismo dos movimentos sociais também protege a memória da cidade, ao mesmo tempo em que estabelece suas lutas. Memória passa a ser assunto dos vivos.

É desta forma que as ocupações, estes patrimônios não-tombados, combatem a especulação imobiliária e cumprem com o dever constitucional das propriedades. A função social da propriedade está prevista nos artigos 5º, 170º e 182º da Constituição Federal de 1988. Particularmente no §2 do art. 182º está posto que “a

propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor”. Assim, quando o Estado não condena os vazios urbanos, uma ocupação de pessoas que lutam por moradia digna faz com que a lei se torne prática. Mais até: ocupações transformam os patrimônios também em tema de planejamento urbano.

Nos frequentes episódios em que pessoas são expulsas de ocupações, são as contradições das políticas habitacionais e patrimoniais que ficam explícitas. Sobre a primeira, podemos destacar que a possibilidade de especulação imobiliária, bem como a compra e venda de pedaços de terra, é fundamentada na ideologia que defende a posse destas terras por indivíduos capazes de privatizar o mundo. Por consequência, políticas habitacionais que dependem de espaços comuns (ou seja, não privatizados) são impossibilitados. É assim que a existência de ocupações resulta da lógica da propriedade privada e que a valorização da terra para fins mercadológicos produz segregações e desigualdades sociais.

No que diz respeito à proteção do patrimônio, ressaltamos a violência do Estado quando chega o momento da reintegração. A ação autorizada de forças policiais atropela a memória tanto das pessoas que fazem a ocupação, quanto daquelas que são homenageadas. Se o argumento é de que um edifício ocupado se encontra inapropriado para o uso, a mensagem também diz que aquela memória social é inapropriada. A história que realmente interessa é a daqueles que ordenam as reintegrações de posse, que são os mesmos cujos sobrenomes carregam o peso de décadas e séculos de violências. São os herdeiros das colonizações e grilagens. Se a contradição produz desigualdades habitacionais, ela também é a fonte de uma memória social seletiva.

Para fins de conclusão, devemos ponderar como as ocupações são os grandes monumentos de quem luta diariamente por um mundo melhor. O nascimento de uma ocupação também é o erguer de um farol que pode orientar todas e todos aqueles que trabalham e realmente produzem. Ocupações orientam a História e preservam a memória social. É através da tomada como referência de quem pavimentou o caminho até o presente que o futuro pode ser vislumbrado. Estas são condições que permitem que sejamos causa efetiva de um horizonte revolucionário, tomando as rédeas do nosso próprio destino – a morada de nossa liberdade.

Patrimônio, Cidade e Memória

O grupo de estudos tem como objetivo propor um espaço de aprendizagem compartilhada sobre os **atuais conflitos** e problemáticas relacionadas ao **patrimônio histórico**, ao direito à cidade e também ao direito à moradia na cidade de **Fortaleza/CE**.



O **primeiro encontro** ocorreu no dia 18/05/24 e foram abordados conceitos gerais sobre preservação, identidade, memória sobre os patrimônios existentes.

Também, debatemos sobre a importância de discutir sobre **patrimônios decoloniais** nas periferias, como é o caso do **Restaurante Albertus**, localizado na **Barra do Ceará**, 1º Museu Orgânico da Cidade e possui contribuições riquíssimas sobre as tradições populares, principalmente no modo de fazer da peixada tradicional, que pode-se configurar, também, um patrimônio imaterial.

Foi discutido sobre as constantes demolições dos patrimônios edificados em Fortaleza, exemplo mais recente é o **Edifício São Pedro**, que apesar de ser um **símbolo de identidade** para a juventude e para a **Praia de Iracema**, foi demolido.



Associação Espiritualista de Umbanda São Miguel

O **quarto encontro** ocorreu na Associação Espirita de Umbanda São Miguel existe desde 1997. O evento contou com a presença do historiador Paulo e **Mestre Pai Neto**, filho e neto de rezadeiras, está há mais de 30 anos no terreiro.



A trajetória da Associação Espirita de Umbanda São Miguel representa uma resistência cultural e religiosa, enfrentando desafios sociais e preconceitos ao longo dos anos.

O Mestre, com sua vasta experiência e conhecimento, tem sido uma figura central na **manutenção e transmissão desses saberes**, assegurando que as tradições da Umbanda continuem a ser celebradas e respeitadas pelas novas gerações.

O terreiro funciona não apenas como um local de culto, mas também como um centro comunitário que fortalece os laços sociais e culturais. A liderança de Pai Neto é fundamental para manter a coesão e a continuidade das tradições, transmitindo conhecimentos e práticas para as novas gerações.

Patrimônio e Plan

O **segundo encontro** do grupo contou com a participação de **passo**, liderança da Vila Vice para debate foi a **capela da** **cia**, localizada na Rua Tibúrcio Torres, inserida na **ZEIS D**.

Atualmente, a população está lutando pelo **tombamento da vi** ram debatidos as interfaces **mônio cultural edificado e** tendo como foco o caso de



Segundo encontro do grupo



Quarto encontro do grupo

Planejamento Urbano

O encontro ocorreu no dia 01/06/24. Foi conduzido pelo professor **Marcelo Cavalcante**, o espaço escolhido foi a **Vila Vicentina da Estância Cavalcante**, 2184 - Dionísio Torres.

A reunião foi mobilizada em torno da **Vila**. Durante a conversa fomos abordando temas entre a **proteção do patrimônio** e o **planejamento urbano** em Fortaleza/CE.



Terceiro encontro do grupo



Patrimônio e Memória sob uma perspectiva indígena.

O terceiro encontro aconteceu na Biblioteca Estadual do Ceará (BECE), localizada na Av. Pres. Castelo Branco, 255 - Moura Brasil, Fortaleza. contou com a palestra do professor e especialista em etnologia indígena **Valdivino Neto**.



Ele discutiu como as **memórias e tradições indígenas** são essenciais para entender a história e identidade cultural do Brasil. Valdivino Neto enfatizou que o patrimônio indígena vai além dos artefatos físicos e inclui práticas culturais, conhecimentos tradicionais e a relação profunda com a terra e a natureza.

A palestra reforçou a necessidade de uma **abordagem inclusiva e participativa na preservação do patrimônio cultural**, que respeite e incorpore as contribuições e a sabedoria dos povos indígenas.

A preservação do patrimônio deve ser uma prática que promova a justiça social e reconheça a diversidade cultural como um valor fundamental.



Mapa Indígenas no Brasil

Considerações Finais

Os encontros do grupo de estudos evidenciaram a **complexidade e a diversidade do patrimônio cultural de Fortaleza**, ressaltando a necessidade de políticas públicas que considerem essa pluralidade de forma abrangente.

A proteção do patrimônio não deve se restringir apenas aos monumentos históricos, mas deve englobar também as **tradições vivas**, as **memórias coletivas** e as **práticas culturais** das diversas comunidades que compõem a nossa sociedade.

Essa abordagem panorâmica é essencial para garantir que o patrimônio cultural de Fortaleza não só seja preservado fisicamente, mas também continue a viver e permanecer através das gerações. Ao reconhecer e valorizar a rica **diversidade** de histórias e experiências que formam a **identidade cultural** da cidade, promovemos um sentimento de pertencimento e continuidade histórica entre os cidadãos.

Portanto, é imperativo que as estratégias de **preservação do patrimônio cultural** sejam integradas ao **planejamento urbano**, assegurando que a memória e as práticas culturais de Fortaleza sejam protegidas e celebradas em toda a sua diversidade.



um manifesto em defesa da memória

por felipe santos,
mateus costa e
sabryna fernandes

a compreensão do patrimônio deve ir além de sua definição etimológica e precisa ser entendida a partir das diferentes manifestações considerando também os seus recortes socioespaciais. logo, esse manifesto se justifica pela defesa do patrimônio como **memória** e construção de uma **identidade**.

que **não custe** a democratização da educação patrimonial

a educação patrimonial, ao invés de se restringir ao ambiente acadêmico, deve ser **difundida** e **democratizada** para os diversos grupos que compõem a sociedade, de tal maneira que a construção seja de forma coletiva entre as diferentes comunidades detentoras e capazes de produzir as referências culturais.

patrimônio

pa.tri.mô.nio = petri'monju

bem, ou conjunto de bens, de natureza material ou imaterial, de reconhecido interesse (cultural, histórico, ambiental, etc.) para determinada região, país, etc.



bota pra moer a legislação patrimonial

é preciso **efetivar** e **fiscalizar** as políticas públicas existentes voltadas à preservação do patrimônio para que ela não aconteça apenas no imaginário.

assuntar novos cantos e sabedorias

é necessário o **reconhecimento** de novas práticas e espaços como patrimônio, em ênfase àqueles que são produzidos ou estão inseridos onde se concentra a população marginalizada e dentro de classes sociais negligenciadas, para que assim o patrimônio se torne descentralizado, democratizado e acessível.



Demolição do edifício São Pedro é concluída

Edifício na orla da capital cearense teve processo de demolição iniciado em março deste ano. Obra para retirar os escombros do prédio continua.

“**negando em solidão
nessas ruas sem
memória, eu vou**”



A verdade é que a cidade vai me matar
Jaleco



deixe o povo dá pitaco

é preciso garantir a **participação popular** nas discussões acerca do patrimônio, tendo em vista que esse espaço, muitas vezes, se restringe a uma opinião tecnicista e desconsidera o valor de uso existente que é atribuído por quem o vivencia. Além disso, assegurar tal participação em casos de reabilitação de patrimônio edificado, por exemplo, seria uma forma de tornar a ressignificação desses espaços mais coerentes com a forma de ocupação e utilização dos grupos que se apropriam deles, ao invés de atribuir novos usos com viés puramente mercadológicos.

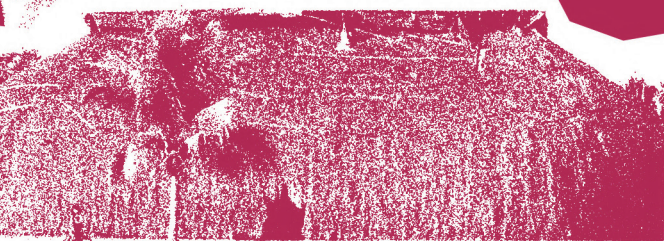


reparar a ruma de manifestação cultural

deve-se trazer **visibilidade** às diversas formas de manifestação do patrimônio material e imaterial, em destaque àqueles que pertencem às culturas que são socialmente segregadas, a exemplo da população preta e dos povos indígenas, uma vez que suas referências e produções culturais são historicamente apagadas e desvalorizadas.

!!
a imaterialidade é a alma do material (Choay, 2017)

manifesto produzido como produto do grupo de estudos patrimônio, cidade e memória organizado pelo QUINTAU coletivo



Simbolismo e conversa do percurso

do balanceio das folhas do quintal da casa comum,
estampada na Bandeira Resistência e contemplada nos
saberes da roda de conversa do Pai Neto

Este manifesto surge da necessidade de usar uma linguagem gráfica mais clara, didática e acessível. Em vez de aderir às perspectivas tradicionais que muitas vezes não contemplam a diversidade do território cearense, busquei abrir espaço para reconhecer e valorizar o chão epistemológico de onde partem as ideias que foram construídas nos encontros do grupo de estudo Patrimônio, Cidade e Memória.

Somos testemunhas de diferentes temporalidades e territorialidades, e é a partir dessas experiências alargadas que este manifesto foi moldado. Para isso, reuni as memórias dividas pelos mestres, não apenas como um exercício intelectual, mas como um processo vivido que envolve a presença física, o encontro, o corpo, a oralidade, e os fragmentos materiais que sustentam essas memórias.

Assim, este manifesto não é apenas um texto; é uma composição que emerge de práticas e experiências vividas, que resgatam e valorizam o nosso acervo coletivo, feito de documentação, mas também de vida e de vivências compartilhadas.



-você se considera um “rapaz latino americano”?
-eu não, eu sou é indígena.

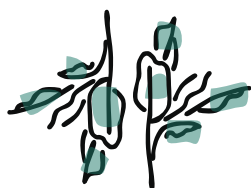
Leandro Ka'apor-Guanacé, iaru_je_takariju e Valdivino Neto Clã Kinkú - Kariú Kariri

Bandeira Resistência - clã Kinkú do Povo Kariú Kariri do Ceará:
sangue - mata - luto - lapso sagrado

WOW

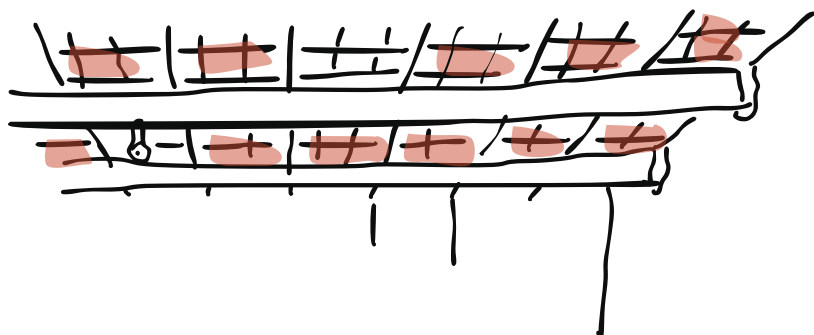
-questionar o *que* e *para que* estamos tombando os edifícios é essencial no campo patrimonial. Mas também, temos que lembrar da imaterialidade, pois ela faz com que essas construções continuem com vida.

João Marcelo - Arquiteto e Urbanista



-rapaz, hoje nosso telhado é de telha, mas no dia que eles quiserem de palha ou sem teto, nós da um jeito, vamos atrás da palhoça e do saber que ta é dentro da gente e sempre com eles.

Pai Neto, Associação Espiritualista de Umbanda São Miguel



BIBLIOGRAFIA

(1), (3) GONDIM, Linda Maria de Pontes . Imagens da cidade, políticas culturais e desenvolvimento urbano: A produção Imaginária de Fortaleza como Cidade Global.. In: HERMANNNS, Claus e MORAES, Filomeno.. (Org.). REFORMA DO ESTADO E OUTROS ESTUDOS. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2004, v. , p. 13-32.

(2) PAIVA, Ricardo Alexandre. A metrópole híbrida. Uma perspectiva histórica da urbanização de Fortaleza. Arquitectos, São Paulo, ano 17, n. 199.00, Vitruvius, dez. 2016.

(4) DIÓGENES, B., PAIVA, R. A. Euforia Pós-moderna na Arquitetura em Fortaleza in Arquiteturas contemporâneas [recurso eletrônico] / organizado por Márcio Moraes Valença e Ricardo Alexandre Paiva. – 1. ed. – Natal: EDUFRN, 2024.P. 159-210.

(5) Lei Ordinária nº 9.347, de 11 de março de 2008.

(6) DICIO. Disponível em <<https://www.dicio.com.br/patrimonio/>>

(7) CHOAY, Françoise. A alegoria do Patrimônio. Estação Liberdade; 6ª edição, p.11 (18 outubro 2017)

